

Regional

NOVA RODOVIÁRIA DE GUARAPARI

Tribunal vai investigar denúncia de irregularidade

Prefeito, ex-prefeito e empresa Telavive foram notificados para prestar depoimento sobre contrato assinado em 2011

Vinicius Rangel
GUARAPARI

O Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES) vai apurar possíveis irregularidades no contrato de concessão da nova rodoviária de Guarapari, a Rodoshopping, assinado em 2011 entre a prefeitura e a construtora Telavive. O órgão recebeu a denúncia na última semana e intimou todos os envolvidos para apresentarem as suas defesas ainda esta semana.

O documento, protocolado por um representante dos passageiros dos ônibus intermunicipais, denuncia irregularidades no procedimento licitatório e no contrato administrativo, além pedir uma medida cautelar para a suspensão do contrato em favor do interesse público.

O conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges notificou na semana passada para serem ouvidos, até amanhã, o atual prefeito de Guarapari, Orly Gomes; o ex-prefeito, Edson Magalhães, que assinou o contrato em 2011; e a empresa Telavive. Todos são convocados para que prestem informações em de-



RODOSHOPPING GUARAPARI: denúncia de mais de 200 páginas aponta suspeita de irregularidades desde 2006

poimento sobre o caso.

A assessoria do TC-ES informou que, como o caso se trata de uma denúncia, eles não teriam acesso às informações do documento. Segundo informações apuradas pela reportagem de **A Tribuna**, o documento possui mais de 200 páginas e envolve denúncias de supostas irregularidades desde 2006, quando ainda era pensada a desapropriação da área do terminal rodoviário.

Em nota, a assessoria da Prefeitura de Guarapari informou que apoia toda investigação que tenha como objetivo a transparência e, por isso, o município tem mantido contato e adotado as orientações do TC-ES.

A empresa Telavive informou que vai prestar todos os esclarecimentos ao órgão fiscalizador.

Por meio de nota, a assessoria de imprensa de Edson Magalhães, atual deputado estadual, informou

que advogados estão avaliando os documentos e o ex-prefeito irá prestar todos os esclarecimentos dentro do prazo determinado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

O contrato da nova rodoviária ainda é investigado pelo Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES), por uma comissão da Câmara Municipal de Guarapari e também passa por uma auditoria na prefeitura.

VINICIUS RANGEL